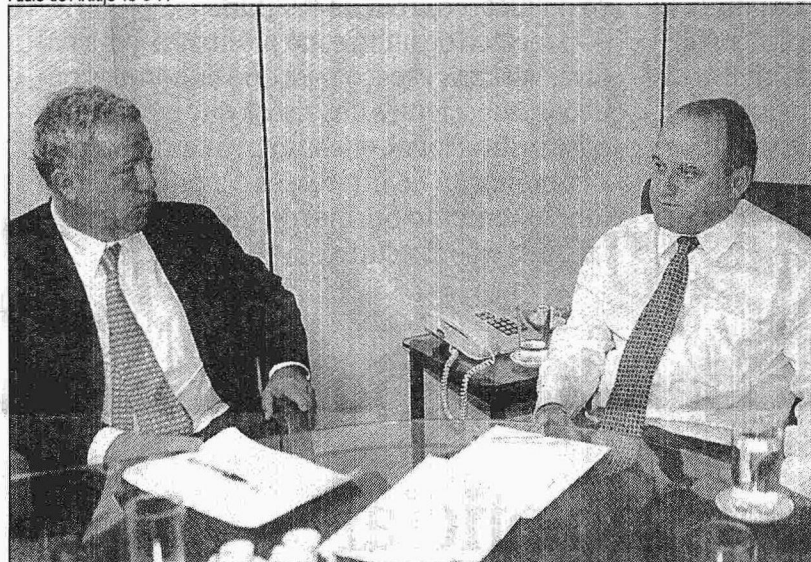


Imposto menor para os atacadistas

Paulo de Araújo 15-6-99



Valdivino (E): medida aumenta competitividade das empresas e arrecadação

Da Redação

Os atacados do Distrito Federal vão pagar menos Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O decreto que reduz de 2% a 24% as alíquotas foi assinado ontem pelo governador Joaquim Roriz (PMDB), no auditório da Federação do Comércio (Fecomércio). As novas tarifas serão conhecidas até o final da próxima semana, quando a Secretaria de Fazenda publicará a portaria fixando as regras que regulamentam o decreto. Com isso, os empresários instalados em Brasília poderão disputar espaço com grupos de outros estados, que hoje dominam 85% do mercado local. Representantes do setor estimam que para cada 1% de mercado conquistado serão criados 49 empregos.

“Ao longo dos próximos doze meses teremos conquistado mercado suficiente para criar mais de mil novos empregos”, comentou o presidente da Associação dos Atacadistas do Distrito Federal, Saulo Davi de Melo. Segundo dados da instituição, o segmento emprega hoje cerca de 1.500 trabalhadores.

A maioria dos produtos comercializados no Distrito Federal — alimentos, material de limpeza e de higiene pessoal — são tributados

em 17% de ICMS. Com o decreto, a redução da alíquota para o setor atacadista destes itens será diferenciada e deve variar de 7% a 16%. De acordo com os cálculos de Saulo Melo, isto permitirá a redução de preços das mercadorias. Bebidas, cigarros e peças de automóveis, que pagam ICMS de 25% podem ter a alíquota reduzida para faixas entre 15% e 24%. As mercadorias vendidas pelos atacados do Distrito Federal para outros estados, que antes pagavam 12% de ICMS, a tributação foi reduzida em percen-

tuais que variam de 2% a 11%.

O secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, disse que a medida aumenta a competitividade das empresas e deve aumentar a arrecadação, apesar da queda das alíquotas. “Em Anápolis, em uma experiência semelhante, o volume de impostos arrecadados quadripliou em quatro anos”, comentou o secretário. “Além do mais, os empresários que participarem deste projeto vão assinar um termo de compromisso de manter o nível de recolhimento na mesma média

dos últimos 12 meses. Não haverá perda de receita.” Oliveira explicou que quem não atingir a meta terá de pagar ao governo local um valor a título de compensação pela menor arrecadação.

ACORDO

A redução de impostos anuncia-
das pela Secretaria de Fazenda tem
objetivos bem claros. Um deles é
impedir a fuga das empresas da capi-
tal brasileira para outros estados.
O outro, é atrair novos empreendi-
mentos, que criem investimentos e
mais empregos. A reação do Distrito
Federal não foi ignorada por Goiás.
Na terça-feira, o governo goiano en-
viou uma comissão para negociar o
armistício.

Vieram os secretários de Fazen-
da, de Indústria e Comércio e da
Agricultura, além de parlamentares
e representantes dos empresários.
Depois de três horas de reunião
com o secretário do governo local
— além de Valdivino Oliveira, parti-
ciparam os secretários de Agricultu-
ra, Agnaldo Lélis, e de Desenvolvi-
mento Econômico, Lázaro Marques
— foi negociado o acordo de paz. Fi-
cou acertado que o GDF não vai
praticar a mesma política fiscal e tri-
butária que Goiás. “Ninguém vai le-
var mais vantagem que o outro”,
afirma Oliveira.

CORREIO BRAZILIENSE